

IMPACTOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: UMA REVISÃO NARRATIVA PELA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA

Ana Carla Da Silva¹
André Lucas Nepomuceno Do Valle²
Arthur Rocha Casaroto³
Eduardo Chierrito⁴
Mirian Noemí Machado de Souza⁵
Paula Spech Machado⁶

RESUMO: A pandemia causada pelo Covid-19 trouxe nos anos de 2020 a 2022 a necessidade de quarentena e o isolamento social para todas as comunidades. Por conta disso, decretos municipais, estaduais e federais fecharam temporariamente as instituições de ensino em todo o território nacional e impossibilitaram a normalidade do ano letivo de 2020 de forma presencial, criando, dessa forma, mais dificuldades para os alunos e profissionais da educação básica brasileira. O presente artigo visa relacionar os impactos da pandemia do Covid-19 na educação básica do ensino público brasileiro e seu impacto psicossocial para essas crianças e adolescentes, destacando-se a necessidade de lutar pela garantia de direitos fundamentais da infância e adolescência e manter a educação brasileira acessível e em um patamar de dignidade para todas e todos, mesmo em tempos de crise. Portanto, também se abordará aqui a questão da criação e aprimoramento de políticas públicas visando diminuir esses impactos e prejuízos psicossociais como é previsto no aparato legal do Estado, que prevê no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que a criança e ao adolescente têm o direito a uma educação que vise o pleno desenvolvimento de sua pessoa e que a prepare o exercício de sua cidadania e qualificação para o trabalho. O artigo apresentará, ainda, como a diferenciação social entre os que têm possibilidade de estudos em condições adequadas e os que não o têm (e muitas vezes evadem da vida escolar por não terem tais condições) promove um estado de segregação social. O método utilizado para a produção desse artigo e para o levantamento de dados foi de revisão narrativa.

Palavras-Chave: Ensino público; Psicologia Escolar; Coronavírus; Desigualdades sociais.

ABSTRACT: The pandemic caused by Covid-19 brought in the years 2020 to 2022 the need for quarantine and social isolation for all communities. Because of this, municipal, state and federal decrees temporarily closed educational institutions throughout the country and made it impossible for the 2020 school year to be normal in person, thus creating more difficulties for students and professionals in Brazilian basic education. This article aims to relate the impacts of the Covid-19 pandemic on basic education in Brazilian public education and its psychosocial impact on these children and adolescents, highlighting the need to fight to guarantee the fundamental rights of childhood and adolescence and maintain education accessible Brazilian language and at a level of dignity for everyone, even in times of crisis. Therefore, the issue of creating and improving public policies will also be addressed here, reducing these psychosocial impacts and losses as provided for in the State's legal apparatus, which provides in the ECA (Child and Adolescent Statute) that children and adolescents have the right to an education that aims at the full development of one's person and that prepares the exercise of one's citizenship and qualification for work. The article will also present how the social differentiation between those who have the possibility of studying in appropriate

¹ Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Cidade Verde - UniCV

² Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Cidade Verde - UniCV

³ Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Cidade Verde - UniCV

⁴ Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Cidade Verde - UniCV

⁵ Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Cidade Verde - UniCV

⁶ Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Cidade Verde - UniCV
e-mail de contato: prof_chierrito@unicv.edu.br

conditions and those who do not (and who often drop out of school life because they do not have such conditions) promotes a state of social segregation. The method used to produce this article and collect data was narrative review.

Keywords: Public education; School Psychology; Coronavirus; Social differences.

Considerações Iniciais

O COVID-19 é uma doença infecciosa altamente transmissível e com potencial de morte causada por uma variação do coronavírus (SARS-CoV-2). Sua primeira transmissão registrada foi em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan na China, sendo em seguida disseminada para outros territórios, fazendo com que já em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarasse nível pandêmico devido ao alto contágio. As medidas de prevenção conforme recomendação nº 022, de 09 de abril de 2020, divulgada pelo Conselho Nacional de Saúde tendo em vista a pandemia do COVID-19, demandavam que a circulação de pessoas fosse drasticamente reduzida para que, assim, fossem diminuídas as infecções com o vírus. Cada estado decretou medidas que convergiam no fechamento de instituições de ensino e comércios, permanecendo aberto apenas os serviços essenciais, como hospital, mercados e farmácias, a maior parte em horários de funcionamento especiais.

Diante disso, a nova rotina de prevenção provocou impactos em vários setores da gestão pública, como a economia, a saúde e a educação. Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020) o fechamento temporário de escolas e instituições de ensino apresentam impactos em mais de 70% de sua população, isto é, 679,224,718 estudantes foram afetados, como demonstram os dados de 25 de agosto de 2020.

Os fatores que contribuem com a rápida disseminação do COVID-19 não estão atrelados apenas a condições biológicas, mas também a contextos sociais. A PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – aponta que 80% dos alunos no Brasil, dentro dos ensinos fundamental e médio, são alunos de escolas públicas (IBGE, 2022). Logo, as instituições de ensino públicas ou particulares, caso não fossem fechadas, ofereceriam um contexto de grande potencial de contaminação e contágio do COVID-19.

Em razão da desigualdade do contexto social brasileiro, pessoas com baixa renda e condições sociais desfavoráveis sofreram ainda mais durante a pandemia do COVID-19; o impacto disso está estritamente ligado a relações de gênero, raça e classe. Em uma pesquisa nacional publicada na revista *The Lancet Global Health*, onde se considera a prevalência da

COVID-19 entre os indivíduos já infectados em algum momento, os indígenas têm uma taxa de 6,4%, quatro vezes maior do que se compararmos o índice da infecção entre pessoas brancas, que é 1,4% (Hallal *et al*, 2020).

Os desabrigados, a população indígena, os mais pobres e os negros são os mais vulneráveis às consequências do COVID-19 – consequências, estas, que não se resumem a infecção e mortalidade, mas também a adoecimento psicossocial, precariedade socioeconômica, e como é o foco deste trabalho, também o ensino público que já enfrentava um contexto de sucateamento e precarização, experimentou defasagem significativa durante esse período.

O ensino remoto, modalidade adotada em praticamente todas as instituições de ensino para tentar minimizar o impacto do fechamento das escolas e manter as aulas durante o período de isolamento social, demanda do uso de aparato eletrônico como smartphones, tablets e/ou computadores, além de acesso à internet suficiente para sustentar aulas diárias por vídeo, para acontecer de maneira minimamente satisfatória.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) do ano de 2018 (a mais recente encontrada) demonstra que 1 a cada 4 brasileiros não possui acesso à internet – tal número representa 46 milhões de pessoas sem acesso à rede. O período da pandemia escancarou a desigualdade socioeconômica na área da educação, já que nem todos os estudantes possuem acesso aos recursos necessários (isso sem citar a capacitação e acesso dos profissionais de ensino na utilização desses recursos ou alimentação, moradia e outros direitos fundamentais que infelizmente não são acessíveis a toda população).

Buscou-se compreender com este artigo, portanto, as alterações que a pandemia de COVID-19 trouxe para o processo de ensino-aprendizagem e seu impacto psicossocial para as crianças e adolescentes da rede pública brasileira de educação. Foram consideradas para essa análise as contribuições da Psicologia Escolar e Educacional, que buscam promover a transformação das relações sociais e o processo de aprendizagem a fim de que o aprendizado e o ensino sejam realizados de forma eficiente.

Justifica-se a relevância deste estudo por propor discussões que contribuam para a elaboração de políticas públicas e revisões de condutas profissionais que reduzam os impactos psicossociais provocados pela pandemia do COVID-19 no âmbito educacional. A estrutura deste artigo está dividida em duas sessões (metodologia empregada e resultados alcançados) e quatro subseções para síntese e discussão dos resultados obtidos na pesquisa, seguido pelas considerações finais e as referências utilizadas para essa produção.

1. Metodologia

Apresenta-se aqui um estudo qualitativo construído a partir do método de revisão narrativa cujo objetivo é descrever e analisar os resultados e pesquisas para o estudo realizado mediante ao tema. Foram analisadas pesquisas publicadas por órgãos institucionais da rede pública de saúde como pesquisas de taxa de infecção, resoluções do Ministério da Educação (MEC), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Declaração dos Direitos Humanos (DDH) referente aos impactos do COVID-19.

Sua finalidade foi traçar características dentre os temas apresentados que possam ser trabalhadas gerando a produção de conhecimento científico. Com isto, nossa pesquisa será baseada em artigos que tratam sobre os temas de educação e COVID-19 em uma perspectiva crítica. Foram publicados em língua portuguesa treze (13) artigos na base de dados Scielo a partir das palavras-chave “desigualdades”, “políticas públicas”, “desistências” e “aulas remotas”. Foram obtidos apenas dois (2) artigos de forma direta. Como critério de exclusão utilizamos de artigos que não abordavam a questão da educação pública ou sobre influências no mecanismo de ensino-aprendizagem no período da pandemia. No período em que a pesquisa foi realizada, a pandemia ainda estava em andamento e destacou-se a falta de dados ou materiais específicos.

2. Resultados E Discussão

3.1 Vulnerabilidade Social, Desigualdades Socioeconômicas E Contexto Pandêmico

Do ponto de vista psicológico levanta-se um questionamento entre a relação da desigualdade e da subjetividade, isto é, se uma é fator determinante para a outra. Adiante, a autora afirma que esses fatores são determinantes sim entre si, além disso, destaca que a subjetividade é criada sobre a presença e influência do sistema capitalista. A Psicologia se apresenta, nesse contexto, como uma força de resistência aos avanços neoliberais que buscam a culpabilização individual para problemas da coletividade. Sawaia (2009, p. 365) destaca a importância da Psicologia Social como “um saber militante em nossas atuações em comunidade, em movimentos sociais, em políticas públicas de saúde e de assistência social, bem como em outras ações de caráter coletivo”.

Mesmo convivendo contínua e repetidamente com contextos desiguais socialmente, a Psicologia em sua face menos crítica ao longo da história privilegiou a busca pela

homeostase, defendendo caminhos de adaptação, conciliação, eliminação dos conflitos de classe e, por consequência, cada vez mais individualizados e individualizantes. Seu objetivo era o de potencializar a capacidade produtiva das pessoas, colocando sua “funcionalidade” em posição de destaque ao teorizar sobre saúde (Sawaia e Figueiredo, 2019). Todos demais indivíduos que lutam e sucumbem à margem desse sistema são deslegitimados, sufocados e invisibilizados em um contexto profissional e científico que desconsidera a colonialidade e a organização social escravocrata patriarcal que promove até os dias de hoje um contexto de barbárie, marcado pela servidão, marginalização e violência sociais.

Não é possível, portanto, conceber uma prática em Psicologia, independente da área de atuação, que não considere a realidade brasileira capitalista de luta de classes e profunda desigualdade, promotora de adoecimento e morte. Conforme afirma Sawaia e Figueiredo:

A desigualdade mata, deprime, impõe sofrimento (ético-político), fecha o futuro e impede a abertura de horizontes, o acesso à educação e à saúde, fomenta injustiças, reforça o individualismo e a banalização dos males provocados aos homens, a natureza e culpabiliza as pessoas e grupos pelo seu próprio infortúnio Sawaia e Figueiredo (2019, p. 666).

Compreende-se a partir do olhar para as desigualdades que a relação entre a saúde e o adoecimento ultrapassa os determinantes físico e biológicos; as condições de vida, trabalho e envelhecimento, ou seja, condições sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, compõem um conjunto de fatores denominados pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011) como determinantes sociais da saúde. Todos esses fatores representam impactos de níveis diferentes, sendo os maiores aqueles que geram estratificação social (os determinantes estruturais) como renda, gênero e etnia, assim como as estruturas políticas e de governo que possuem poder em suas ações para minimizar ou potencializar as desigualdades sociais através de políticas de educação, distribuição de renda, empregabilidade, seguridade social e proteção social.

Pode-se descrever a vulnerabilidade social como um contexto de fragilidade, exclusão, desamparo, abandono, desfavorecimento e/ou violação de direitos fundamentais que acomete grupos ou indivíduos dentro de uma sociedade. Sendo um conceito amplo, pode-se englobar nessa compreensão uma gama de formas de exclusão social, sendo um dos exemplos possíveis a segregação social e isolamento de determinados grupos, o que dificulta o acesso a bens, serviços e vivências da vida cotidiana. Considera-se, portanto, vulnerabilidade social todas as circunstâncias de vida que se mostram capazes de afetar direta ou indiretamente um

indivíduo ou um grupo de indivíduos em sua qualidade de vida e no que se refere a participação, pertencimento e inclusão/exclusão da vida em sociedade (Silva e Procópio, 2020).

O combate às denominadas iniquidades em saúde está atrelado diretamente às iniquidades sociais, uma vez que melhorias nas condições de vida, renda e acesso a recursos são indissociáveis para conquista de um estado de saúde em seu sentido mais completo. Ou seja, o direito à saúde só é garantido se forem realizados esforços na direção de construir sociedades mais justas e equânimes, “com políticas públicas que observem a intersectorialidade e a multiescalaridade e que sejam pautadas numa concepção de desenvolvimento mais holística, incluindo a dimensão social e ambiental, além da já clássica dimensão econômica” (Silva, 2021, p. 1).

Muito mais do que uma crise sanitária, a pandemia de COVID-19 pode receber o status de crise humanitária. Durante esse período de alta infecção da doença, percebeu-se uma tendência maior a infecção e adoecimento de indivíduos em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Os cenários pré existentes de desigualdade social, condições de vida e de saúde das camadas mais pobres da sociedade contribuíram para que a pandemia de COVID-19 ganhasse proporções catastróficas no país. Historicamente, a humanidade não responde de maneira semelhante ou equiparada a crises epidêmicas ou pandêmicas. Desde as pestes na Idade Média até o COVID-19 no século XXI, pessoas de classes sociais marginalizadas têm sido mais atingidas por doenças e morte (Silva, 2021).

De início, a doença foi trazida ao país pelos mais ricos que retornavam de suas viagens internacionais, sendo esses os primeiros infectados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza. Porém, a doença se alastrou pelas classes mais pobres com uma rapidez assustadora, principalmente nas periferias das grandes cidades, até atingir o interior do país onde populações com menos acesso a serviços de saúde, saneamento e condições precárias de moradia sucumbiram ao vírus (Estrela, 2020). A letalidade foi maior entre indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pretos e pardos e mulheres, tanto no contexto organizacional quanto doméstico, assumindo todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça (Silva, 2021).

Na periferia, os relatos foram de empregadas domésticas, motoristas de aplicativo, entregadores de alimentos que, em contato com aqueles que viajaram, se infectavam e levavam para suas casas. Assim, as pessoas de baixa renda, moradoras dos bairros periféricos de Salvador passaram a também estarem expostos à doença pelo fato de trabalharem nos locais mais

nobres da cidade, onde há o maior percentual de pessoas infectadas pelo SARS-COV-2 (Estrela, 2020, P. 3434).

A pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontou que 75% das pessoas que vivem na extrema pobreza em território nacional são autodeclarados como negros ou pardos (IBGE, 2019). Conforme destaca Silva (2021), essa camada da população se encontra ainda mais vulnerável aos riscos atrelados à pandemia de COVID-19. Minorias sociais, pressionadas por um racismo estrutural que permeia todas as fibras da malha social ocidental, ficaram amplamente expostas ao vírus por não possuir recursos para se manterem em uma situação de isolamento satisfatória.

Em meio a uma gestão federal negacionista, perseguidora a povos originais (quilombolas e indígenas) e incitadora de ódio e violência contra minorias sociais, tais diferenças sociais se potencializam, recebendo a pandemia de COVID-19 em um contexto propício para o genocídio da população brasileira:

Os povos e comunidades tradicionais no Brasil vivenciam condições de pobreza que não lhes permitem o acesso às mínimas condições e aos bens essenciais para garantia de sua saúde e bem-estar. No entanto, é preciso compreender que a pobreza não é somente a falta de acesso aos bens materiais, mas a situação de vulnerabilidade decorrente da ausência de oportunidades e de possibilidades de escolha entre diferentes alternativas. Esta se manifesta na falta de emprego e renda, de moradia digna, de alimentação adequada, de educação e de mecanismos de participação popular na construção das políticas públicas. Revela-se também na ausência de resolução de conflitos, o que agrava mais ainda a violência no meio rural, assim como na precariedade de relações ambientais sustentáveis. Todos estes elementos estão intrinsecamente associados às diferentes maneiras de adoecer e morrer (Santos, Paulo e Trad, 2020, p. 1)

Em uma pesquisa nacional publicada na revista *The Lancet Global Health*, foram aplicados testes para demonstrar se o indivíduo já foi infectado pela COVID-19 com a presença de anticorpos; na parcela mais pobre da população a prevalência foi de 3,7% de anticorpos, mais do que o dobro do encontrado entre os mais ricos (1,7%). Devido ao alto impacto da desigualdade socioeconômica no contexto da pandemia de COVID-19, políticas públicas de assistência social no período de pandemia auxiliaram a diminuir uma pequena parte das preocupações devido a problemas gerais relacionados à COVID-19 que atingiam os alunos da rede pública e poderiam, potencialmente, provocar evasão escolar (Hallal *et al*, 2020).

3.2 A Educação Básica Na Rede Pública De Ensino Durante A Pandemia De Covid-19

O contexto da pandemia trouxe consigo o medo constante de infecção e necessidade de protocolos preventivos desgastantes, como o uso de máscaras, álcool em gel, isolamento social, quarentena, mas também promoveu uma situação sem precedentes de suspensão de atividades presenciais de lazer, saúde, trabalho e ensino por tempo indeterminado. Para a área da educação, isso significou mais de 47 milhões de estudantes sem poderem frequentar as mais de 178 mil escolas da educação básica em todo território nacional (Brasil, 2023).

A possibilidade encontrada para dar prosseguimento às aulas foi o ensino remoto, recomendação para diminuir as aglomerações e a possibilidade de contágio. No entanto, observa-se um problema em relação a essa modalidade de ensino: o acesso à internet e equipamentos de tecnologia necessários para tal, como pode ser observado na figura abaixo:

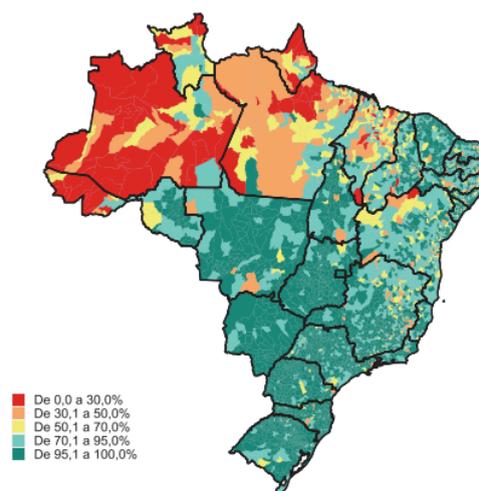


Figura 1: Percentual de escolas da educação básica com acesso à internet, por município – Brasil, 2022

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, Brasil (2023)

Camacho *et al* (2020) aponta que no espaço virtual, novas formas de socialização se tornam possíveis. No entanto, para que isso aconteça, é necessário que todo o contexto de aprendizagem remota seja pensado e executado adequadamente, com equipamentos tecnológicos de acordo com a demanda, formação profissional técnica e acompanhamento constante, o que não aconteceu no período de pandemia no Brasil. Na representação do percentual de escolas da educação básica com acesso à internet, observa-se que em estados como Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Amapá, menos de 60% das escolas possuem conexão

com a internet. A infraestrutura tecnológica foi um dos maiores desafios durante o período da pandemia (Brasil, 2023).

Dentre as consequências disso para o ensino-aprendizagem, destacam-se dificuldades para ensino de habilidades, dificuldades de comunicação entre professores e os estudantes, tempo de atenção limitado e falta de disciplina no acompanhamento das aulas (Barbosa, Anjos e Azoni, 2022). As adaptações de currículo e calendário escolar também foram necessárias. O Censo Escolar da Educação Básica de 2022 (Brasil, 2023) apontou que no ano de 2020, 43,1% das escolas da educação básica precisaram ajustar seu calendário e a data de término do ano letivo em detrimento da pandemia de COVID-19.

É um equívoco, no entanto, pensar a educação apenas como transmissão de conhecimentos. Ir à escola, conviver e estabelecer vínculos e trocas com seus pares também faz parte do processo de formação subjetiva e social de um indivíduo. A aprendizagem é um processo que se pauta na interação com o mundo social e externo à criança e na constante estimulação para acontecer; quando isso não ocorre, se observam impactos negativos na aprendizagem infantil, como por exemplo a perda de habilidades como leitura e cálculos. Esse fenômeno pode ser mais intenso em crianças de baixa renda principalmente pela falta de recursos e acesso a materiais educativos quando longe do ambiente escolar. Em um período de pandemia em que a frequência e assiduidade às aulas são comprometidas, é possível esperar consequências maiores a longo prazo, desde menor retenção de conhecimento acadêmico até evasão escolar e abandono dos estudos (Barbosa, Anjos e Azoni, 2022).

O fechamento das escolas impactou também a qualidade de vida e saúde de crianças e adolescentes no tocante à alimentação. Para crianças em situação de pobreza, a merenda escolar se configurava como uma das principais fontes de nutrição – com o interrompimento do serviço escolar, também a alimentação dessas crianças e adolescentes se interrompe. Além do impacto no seu desenvolvimento físico e sobrevivência, uma alimentação adequada é essencial para um desenvolvimento cognitivo satisfatório (Barbosa, Anjos e Azoni, 2022).

3.3 Evasão Escolar

Para Scaff, Souza e Bortot (2021, p. 13), o conjunto de fatores como a falta de políticas públicas educacionais efetivas durante a pandemia, o distanciamento das normativas nacionais em relação às orientações e normas internacionais e o aumento de condições precárias de pobreza e desigualdade social durante a pandemia de COVID-19 “apontam para um cenário ainda maior de evasão escolar, reprovação e distorção idade/série”.

No Brasil, a evasão escolar em 2018 acontecia com cerca de 8,8% da população entre 15 e 17 anos, segundo o IBGE. Esse número aumentou 171% durante a pandemia, totalizando 244 mil crianças e adolescentes não matriculados na escola em 2021 (IBGE, 2022). Os maiores motivos para o abandono escolar são fatores socioeconômico – alunos deixam de frequentar a escola por terem que assumir muito cedo a responsabilidade de ajudar no sustento financeiro de suas famílias, mas também por não terem condições financeiras de manter a frequência escolar, como transporte ou alimentação (Rehbein *et al*, 2021).

Um dos grandes fatores envolvidos na problemática da evasão escolar é a realidade socioeconômica a qual a população negra é submetida no Brasil. A herança de uma abolição desassociada de políticas públicas que visassem de fato reduzir o abismo entre a realidade da população branca e da população preta e parda brasileiras é a miséria, a marginalização e a falta de oportunidades e acesso a direitos fundamentais, como a educação. O preconceito e discriminação e também a necessidade de trabalhar muito cedo para ajudar a família a compor renda suficiente para subsistência são fatores de risco para o abandono da escola (Rehbein *et al*, 2021).

Não se nasce excluído, não se está sempre excluído. A exclusão tem relação com trajetórias de vida diferentes, nas quais relações étnicas, raciais, de gênero, de classe, entre outras, são importantes. É necessário entender quais são os processos que atravessam a vida das instituições educacionais, e nestas compreender o que provoca situação de exclusão. A Evasão Escolar é uma tarefa importante para a busca de solução na pedagogia, na sociologia da educação, na psicologia da educação e da aprendizagem, etc. analisando como se desfaz os processos educacionais, que garantam uma escolaridade significativa para as crianças e jovens e reduza substancialmente a Evasão Escolar (Rehbein *et al*, 2021p. 144).

A desistência escolar pode provocar sentimentos de não-pertencimento e deslocamento social, deixando o indivíduo mais introvertido por ter sido privado de um contexto fundamental de socialização, que é a escola. A formação escolar é muito importante para o indivíduo, e a falta dela ocasiona diversos problemas psicossociais para os indivíduos em formação. Na escola são propiciadas trocas de cultura e conhecimento entre os colegas onde se favorece o desenvolvimento da identidade e personalidade do indivíduo.

Um grupo social que demanda um olhar específico nesse contexto é o das meninas, por apresentarem maior risco de abandono e evasão escolar. Isso ocorre por conta da crescente taxa de gravidez precoce, casamentos forçados e exploração sexual. Além disso, as meninas gastam cerca de 40% a mais do seu tempo nos afazeres domésticos em comparação aos

meninos, o que diminui o tempo possível para os estudos. Quando somada a baixa valorização da educação pela família, observa-se um risco crescente ao abandono escolar da parte das meninas e adolescentes (Barbosa, Anjos e Azoni, 2022).

No entanto, o problema da evasão escolar não termina com o fim da pandemia ou da necessidade do isolamento social. O retorno às aulas presenciais também pode ser recebido pelos alunos com resistência, pois houve um costume ao ambiente virtual e sua metodologia de aprendizado. A situação da pandemia se torna ainda mais complexa por nossa falta de precedentes para mensurar, prever e demonstrar os impactos de todo o contexto na formação subjetiva de uma pessoa. Uma das projeções que se faz em um cenário como esse parte da perspectiva sociocultural construtivista no conceito de sistema de Self.

O self compreende a totalidade subjetiva que se organiza na linha do tempo, a partir dos processos de significação apoiados na matriz de sugestões socioculturais. Como afirma Moreno e Branco (2014, p. 602), “o Self não é simplesmente um ponto no espaço, mas deve ser concebido como um sistema, organizado de forma dialógica, múltipla, complexa e interdependente”.

Pensando a maneira como a evasão escolar atrapalha a construção de vinculação interpessoal e intersubjetiva por prejudicar a troca semiótica de cultura, linguagem, métodos e visões de mundo, parece correto levantar como uma das preocupações da Psicologia no contexto da educação a formação do Self de crianças e adolescentes impactadas pelos problemas potencializados durante a pandemia de COVID-19.

Faz-se necessário voltar um olhar sobre essas crianças e adolescentes que evadem do ambiente escolar para compreender sua realidade subjetiva e saúde socioeconômica. O abandono escolar é resultado de um processo gradual provocado por condições exteriores e também interiores, que sofre influências socioculturais, familiares, subjetivas e emocionais. A Psicologia deve visar a superação da alienação da identidade pessoal e social desses jovens, empoderamento e transformação das condições opressivas desse contexto. O trabalho em equipes multidisciplinares auxiliam no caminho da orientação e promoção de qualidade no processo ensino-aprendizagem, aumentando as chances de sucesso ao lidar com essa demanda complexa que se relaciona direta ou indiretamente a fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e pedagógicos (Rehbein *et al*, 2021).

3.4 Aulas Remotas E Adaptações

Desde março de 2020, a necessidade do distanciamento social devido a pandemia de

COVID-19 mostrou a importância do acesso à internet para os estudantes, professores e as escolas de todo o Brasil. O ensino público passou por muitas dificuldades para se adaptar ao ensino remoto e a nova forma de aprendizagem, que se mostrou necessário para que os mesmos não perdessem o ano letivo e nem a sua qualidade de aprendizagem. Em setembro de 2020, o percentual de alunos que se consideravam desanimados com as aulas online, segundo pesquisa Datafolha, chegou a 54% (Oliveira, 2020).

As crianças e adolescentes têm a escola como seu principal meio de socialização; esse espaço atua como a entrada para uma convivência social grupal para além do ambiente familiar. A psicologia do desenvolvimento compreende isto como a possibilidade de um novo ciclo para o indivíduo, onde se depara com regras, responsabilidades e compromissos a serem cumpridos. Mesmo que com menor intensidade, as interações sociais entre os alunos e professores durante as aulas remotas têm potencial de diminuir efeitos colaterais da quarentena no emocional das crianças e adolescentes, fragilizados pelo isolamento.

No entanto, a desigualdade entre a educação pública e privada nesse período foi gritante. Evidenciou-se a falta de estrutura das escolas públicas em atender às demandas emergentes da pandemia, o déficit na capacitação dos professores para adaptação do planejamento de ensino e realização do trabalho remoto, além da dificuldade de acesso dos alunos às ferramentas e contexto necessários para realização das aulas remotas – diferentemente do que houve no ensino privado, onde não houve dificuldades para realização das aulas remotas, mantendo um nível de troca de conhecimentos superior do que se percebeu no ensino público (muitas escolas já trabalhavam, inclusive, com disciplinas de forma híbrida ou recursos multifuncionais com aplicativos, sites e portais *online*).

A realocação do processo educacional da escola para os lares aumenta ainda o contexto de desigualdade citado anteriormente. O ensino remoto foi pensado para funcionar em conjunto com as famílias e todos os recursos que se idealizam estar presentes em uma casa para oferecer um espaço de aprendizagem que se equipare ao da escola. Aos pais, responsáveis e cuidadores, delega-se a responsabilidade de desenvolver de um dia para o outro, habilidades técnicas pedagógicas e psicopedagógicas para lidar com as demandas das crianças durante o confinamento. Famílias monoparentais ou que não possuem uma rede de apoio para conciliar o trabalho, cuidado com a casa e atenção à formação escolar dos filhos sofreram ainda mais com o período de suspensão das aulas presenciais (Laguna *et al*, 2021).

A decisão de continuar com as atividades escolares no lar implica que as famílias assumam a educação formal das crianças. Porém, essa solução foi

projetada para lares com condições materiais e tempo para desempenhá-la, não levando em conta lares insuficientes em termos econômico e social, onde os membros adultos trabalham ou possuem limitações, como o analfabetismo funcional (Laguna *et al*, 2021, p. 5407).

3. Considerações Finais

Os dados apresentados neste artigo correspondem a pesquisas feitas em meio à crise do Coronavírus. Sendo assim, não foi possível ainda pautar condutas ideais ou “à prova de erros” para combater a crise do ensino público brasileira devido ao COVID-19. Todas as ações realizadas desde o ano de 2020 foram maneiras de contornar uma crise inevitável, que expôs a fragilidade dos nossos sistemas públicos de saúde e ensino. Dada a magnitude desse evento e o quanto faz parte de uma história muito recente, ainda não é possível calcular os impactos totais desse período na vida das crianças e adolescentes que utilizam a rede pública de ensino no Brasil.

Além da convivência com um evento canônico na história da humanidade é uma realidade socioeconômica inóspita, crianças e adolescentes em formação precisaram lidar com as incertezas de seu aproveitamento acadêmico, a inconstância do calendário acadêmico e a falta de recursos para participar das aulas do ano letivo, desgastes no contexto familiar pela sobrecarga de funções, entre outras questões que seriam muito até mesmo para um adulto lidar.

Resta, assim, a expectativa de que outra crise sanitária e humanitária como a pandemia de COVID-19 não nos atinja, mas caso aconteça, que encontre um sistema melhor preparado, fortalecido por meio de uma leitura crítica da realidade e postura ativa de uma Psicologia engajada na diminuição de desigualdades, transformação social, libertação e promotora de autonomia para populações marginalizadas e em situação de vulnerabilidade.

Tais processos levantam o questionamento sobre o quanto é possível realmente acolher e trabalhar a educação integral de crianças e jovens em um contexto permeado por diferenças e desigualdade. Questiona-se, ainda, o quanto as possibilidades emergenciais são novas possibilidades de formação ou se respondem apenas às demandas emergentes de um cenário pandêmico. Em um caminho de incertezas sobre os próximos passos da educação pública brasileira e as consequências psicossociais da pandemia para a infância e a adolescência, o trabalho da Psicologia escolar e educacional se mostra imprescindível para auxiliar na resolução de demandas cada vez mais complexas de natureza sócio emocional.

Referências

- BARBOSA, Alexandre Lucas de Araújo. ANJOS, Ana Beatriz Leite dos. AZONI, Cíntia Alves Salgado. Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19. *CoDAS*, v. 34, n. 4, p. 1-7, 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/codas/a/dx3cPQjhMH4kWm4yB3yrtgp/>> Acesso em 30 de outubro de 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico*. Brasília, 2023.
- CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal. Alunos em vulnerabilidade social em disciplinas de educação à distância em tempos de COVID-19. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. 1-12, 2020. Disponível em <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3979>> Acesso em 30 de outubro de 2023.
- ESTRELA, Fernanda Matheus. *Et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades à luz do gênero, raça e classe. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/csc/a/bbcZzgN6Sns8mNPjKfFYRhb/?lang=pt>> Acesso em 12 de novembro de 2020.
- HALLAL, Pedro C. *Et al.* SARS-CoV-2 antibody prevalence in Brazil: results from two successive nationwide serological household surveys. *The Lancet*, v. 8, nov. 2020. Disponível em <<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2214-109X%2820%2930387-9>> Acesso em 29 de outubro de 2023.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 41, 2019. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf> Acesso em 29 de outubro de 2023.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf> Acesso em 25 de outubro de 2023.
- LAGUNA, Thalyta Freitas dos Santos. *Et al.* Educação remota: desafios de pais ensinantes na pandemia. *Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil*, Recife, v. 21 (Supl. 2), p. 5403-5412, maio de 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/PGF37qhRQP9HYFH5TSv89zR/?lang=pt>> Acesso em 30 de outubro de 2023.
- MORENO, Monica Roncancio. BRANCO, Angela Maria. Desenvolvimento das significações de si em crianças na perspectiva dialógico-cultural. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 4, p. 599-610, out/dez, 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pe/a/59YVQcFst9ydmnBxpnxSKWc/?lang=pt>> Acesso em 30 de outubro de 2023.
- OLIVEIRA, Elida. Percentual de alunos desmotivados a estudar na pandemia chega a 54% em setembro, diz pesquisa. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/09/percentual-de-alunos-desmotivados-em-estudar-na-pandemia-chega-a-54percent-em-setembro-diz-pesquisa.ghtml>> Acesso em 29 de novembro de 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. Diminuindo diferenças: a prática das políticas sobre determinantes sociais da saúde. Documento de Discussão da Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, 2011. Rio de Janeiro: OMS, 2011. Disponível em <<https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/10/Documento-Tecnico-da-Conferencia-vers%C3%A3o-final.pdf>> Acesso em 29 de outubro de 2023.

REHBEIN, Elisa Cortes. *Et al.* A evasão escolar na adolescência sob o olhar da Psicologia: revisão de literatura. *Disciplinarum Scientia, Série: Sociais Aplicadas*, Santa Maria, v. 17, n. 1, p. 139-156, 2021. Disponível em <<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/3868>> Acesso em 30 de outubro de 2023.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/SNXmnP85p4XsKmsrWgbgtpr/>> Acesso em 28 de novembro de 2020.

SAWAIA, Bader Burihan. FIGUEIREDO, Eugenia Bridget Gadelha. Psicologia Social e o estudo da desigualdade: reflexões para o debate. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 659-670, ago. 2019. Disponível em <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/21322>> Acesso em 29 de outubro de 2023.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. SOUZA, Kellcia Rezende. BORTOT, Camila Maria. COVID-19 e educação pública no Brasil: efeitos e opções políticas em contexto de vulnerabilidade social. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 6, p. 1-19, 2021. Disponível em <<https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/18357>> Acesso em 30 de outubro de 2023.

SILVA, Simone Affonso. A pandemia de Covid-19 no Brasil: a pobreza e a vulnerabilidade social como determinantes sociais. *Confins, Revista Franco-Brasileira de Geografia, Dossiê Aspectos geográficos da pandemia de COVID-19*, n. 52, 2021. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/40687>> Acesso em 29 de outubro de 2023.

SILVA, Marcello Henrique Araújo da. PROCÓPIO, Isabella Mendes. A fragilidade do sistema de saúde brasileiro e a vulnerabilidade social diante da COVID-19. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 33, 2020. Disponível em <<https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/10724>> Acesso em 29 de outubro de 2023.

SANTOS, Diana Anunciação; PAULO, Carlos Alberto Santos de; TRAD, Leny Alves Bomfim. Reflexos do racismo estrutural no Brasil. Buenos Aires: Clacso/Observatorio Social del Coronavirus, 2020. Disponível em <<https://www.clacso.org/reflexos-do-racismo-estrutural-no-brasil/>> Acesso em 29 de outubro de 2023.